



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOPEDAGOGIA

WEDJA MATIAS DA SILVA

A ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA FRENTE À SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ESCOLA

JOÃO PESSOA-PB

2014

WEDJA MATIAS DA SILVA

A ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA FRENTE À SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ESCOLA

Monografia apresentada ao Departamento de
Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba
como requisito para obtenção do título de bacharel em
Psicopedagogia.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a Janine Marta Coelho
Rodrigues

JOÃO PESSOA
2014

S586a Silva, Wedja Matias da.

A atuação psicopedagógica frente à situação de risco de crianças e adolescentes na escola /
Wedja Matias da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2014.

51f.

Orientador: Janine Marta Coelho Rodrigues

Monografia (graduação em Psicopedagogia) – UFPB/CE

1. Psicopedagogia. 2. Risco social. 3. Vulnerabilidade. I. Título.

WEDJA MATIAS DA SILVA

A ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA FRENTE À SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ESCOLA

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr.ª Janice Maria Galvão Rodrigues, (UFPA, Orientador)


Prof. Dr.ª Roberta Depoente Assis, Examinador (UFPA, Membro)

*Dedico esta monografia as pessoas que tentam fazer deste,
um mundo melhor para todos (as).*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a minha família, sobretudo aos meus pais, pois sem eles eu não seria o ser humano que sou tendo em vista os valores que eles me ensinaram. Agradeço pela educação que me proporcionaram tanto no âmbito moral quanto acadêmico, sendo pais atenciosos, cuidadosos, afetivos, sempre demonstrando responsabilidade e afetividade na minha criação. Agradeço também por todo sacrifício que fizeram em prol do meu desenvolvimento e formação, sou muito extremamente grata ao cuidado dos dois.

Obrigada a minha mãe, por ser essa mulher tão dedicada a família, tenho uma admiração gigante por essa guerreira, sempre preocupada com o bem estar dos membros da família, sou grata por me apoiar e por transmitir esse sentimento de paz, que só em ouvir sua voz, meu coração ao mesmo tempo que acelera, me acalma.

Agradeço ao meu pai figura bastante importante na minha educação, obrigada por tudo que me ensinou e ensina, é um dos seres humanos, se não o único, ao qual trago um respeito enorme. Obrigada por ser esse pai atencioso, sempre se dedicando na minha formação, aprendi tanta coisa com os seus ensinamentos, que aprendi quando criança e trago comigo sempre, sem esquecer também das broncas e carões, que de certa forma foram necessários na minha educação. Somos muito parecidos, principalmente na personalidade e acredito que seja por isso que temos essa ligação tão forte, sabe aquela estória de pai herói, com certeza ele é meu.

Agradeço ao meu irmão, meu eterno maninho, por ser esse ser humano que tanto me faz bem, posso dizer que eu tenho mais que um irmão, um amigo para toda vida, obrigada por sempre me apoiar e cuidar de mim.

Agradeço aos meu avós maternos, sempre tão serenos comigo, são seres humanos únicos no mundo, pilastes de toda educação que recebi e recebo. Aos meus avós paternos que não se encontram mais nesse mundo, mas que vivem sempre comigo em minhas lembranças e pensamentos, não há um único dia o qual não penso neles.

Agradeço aos meus tios e tias, por fazerem parte dessa minha formação pessoal, ninguém no mundo tem o privilegio de ter tios e tias tão especiais quanto eu, sempre tão atenciosos e me mimando muito.

Agradeço as minhas tias avós que sempre foram referencia para mim, tenho uma grande admiração por elas, que fazem parte também desse caminho acadêmico, sempre me incentivando.

Sem esquecer dos meus primos e primas, que tanto me fazem feliz, cada um deles contribuem para fazer de mim uma pessoa melhor. Agradeço em especial a Jailton Junior, Gislayne e Gysele, por tudo que fizeram e fazem por mim, estando sempre comigo, são muito especiais na minha vida.

Aos meus amigos que são os irmãos que me permiti escolher, Lindo, Thaisy e Van fazemos parte de uma grande jornada, onde o sentimento amizade nunca irá se perder, obrigada por todos os momentos especiais que me proporcionaram e ainda proporcionam.

Aos meus colegas da Universidade que me ajudaram em momentos difíceis, pelos momentos de debates que tanto enriqueceram nossos conhecimentos

Aos meus professores pela dedicação e conhecimento trocado durante o tempo de curso, me ajudando a superar obstáculos durante essa caminhada.

À minha orientadora Prof^ª Dr^ª Janine Marta Coelho Rodrigues, pela sua disposição para solucionar minhas dúvidas, por tudo que aprendi convivendo ao seu lado ao longo desses quase 4 anos.

Aos professores da banca pela disponibilidade de participar da defesa dessa monografia.

Não poderia deixar de citar a minha madrinha. Que foi uma das pessoas que mais me apoiou, nas minhas decisões, sempre contribuindo para minha formação pessoal e acadêmica, uma grande referência para mim.

Por fim, quase que sem palavras, para descrever o que essa pessoa significa para mim, agradeço à Gitanna, por todo apoio dado a mim, tanto na minha formação acadêmica quanto pessoal, sempre trocando conhecimentos comigo, contribuindo na minha formação, influenciando no meu desenvolvimento intelectual, talvez eu não tivesse chegado tão longe, se não fosse por ela.

Enfim obrigada a todos, pelo o que representam em minha vida.

*“Quem me dera ao menos uma vez
acreditar por um instante tudo que existe,
acreditar que o mundo é perfeito
e que todas as pessoas são felizes.”*
Índios, Legião Urbana

*“Nas favelas, no senado, sujeira para todo lado,
ninguém respeita a Constituição
mas todos acreditam no futuro da nação.”*
Que País é este? Legião Urbana

RESUMO

Este trabalho trata do reconhecimento da atuação do profissional de psicopedagogia frente à situação de risco social de crianças e adolescentes e sua relevância no processo de aprendizagem desses alunos. Essa peça monográfica foi realizada na Universidade Federal da Paraíba, no Curso de Graduação em Psicopedagogia. Tem como objetivo geral estudar a importância da atuação do psicopedagogo nas escolas com crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco social, especificando-se a analisar, compreender e avaliar a prática psicopedagógica e sua relevância em escolas que apresentam crianças e adolescentes em situação de risco social. É uma pesquisa de caráter qualitativo, bibliográfica, descritiva, exploratória. Foi utilizado uma entrevista semi-estruturada para coleta de dados. Os dados coletados mostraram a importância da atuação do profissional de psicopedagogia nas escolas, mediante sua prática frente às crianças e adolescentes consideradas vulneravelmente sociais, sendo possível perceber a relevância do trabalho psicopedagógico nas escolas com alunos em situação de risco social. A construção desse estudo foi relevante e de grande importância. É sabido que esse novo conhecimento irá favorecer na construção de ideias e concepções e aos profissionais de psicopedagogia e sua atuação diante de crianças e adolescentes em situação de risco social e assim possam encontrar várias formas de se abordar esse tema.

Palavras Chave: Atuação Psicopedagógica. Situação de Risco Social. Vulnerabilidade.

ABSTRACT

This paper deals with the recognition of the role of educational psychology professional to the situation of social risk children and adolescents and their relevance in the learning process of these students. This monographic piece was performed at the Federal University of Paraíba, in the Undergraduate Psychology. Has the general objective to study the importance of the performance of the educational psychologist in schools with children and adolescents who are at social risk, specifying to analyze, understand and evaluate the psycho-pedagogical practice and its relevance in schools that have children and adolescents social risk. A questionnaire for data collection was used. The data collected showed the importance of the role of educational psychology professional schools through their practice across children and adolescents considered vulnerably social, being possible to understand the relevance of psycho-pedagogical work in schools with students in social risk. . The construction of this study was relevant and of great importance. It is known that this new knowledge will facilitate the construction of ideas and concepts and professional educational psychology and its activities on children and adolescents at social risk and thus may find various ways of addressing this issue.

Key Words: Acting psychoeducational. Situation of Social Risk. Vulnerability.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL	15
2.1 Aspectos contextuais socioculturais das crianças e adolescentes e suas famílias	18
3 DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS	20
4 A ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO FRENTE A CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL. O QUE FAZER; COMO FAZER;	23
5 ASPECTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	28
5.1 Delineamento.....	28
5.2 Participantes.....	28
5.3 Instrumentos.....	28
5.4 Procedimentos.....	28
5.5 Procedimento éticos.....	28
5.6 Análise de dados.....	28
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	30
6.1 Análise e Discussão do questionário	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
7 REFERÊNCIAS	37
ANEXO	
APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata do reconhecimento da atuação do profissional de psicopedagogia frente à situação de risco social de crianças e adolescentes de escolas e sua relevância no processo de aprendizagem desses alunos. Tem como objetivo geral estudar a importância da atuação do psicopedagogo em escolas com crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco social, especificando-se a analisar, compreender e avaliar a prática psicopedagógica e sua relevância em escolas que apresentam crianças e adolescentes em situação de risco social.

De acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, especificamente os artigos 3º e 4º que afirmam " Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade" e " Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária."

Podemos dizer que pessoas com situação de risco social possuem os mesmos direitos e deveres que qualquer outra classe de pessoas em situação social com melhores condições de moradia, saúde e educação, entre outros.

Conforme a página online do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), a situação de risco se faz presente quando uma criança ou adolescente está com seus direitos fundamentais violados ou ameaçados de lesão. Pode ocorrer por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão da própria conduta da criança e do adolescente. Com isso é correto afirmar que todo e qualquer ser humano é dotado de direitos e deveres e que é dever principalmente da sociedade e do Estado garantir melhores condições para essas pessoas que vivem praticamente à margem da sociedade.

A Psicopedagogia é uma ciência que estuda as dificuldades apresentadas no processo de aprendizagem. O psicopedagogo age como um mediador dessa aprendizagem, possibilitando que o aprendiz consiga entender e aprender o conteúdo sem interferências e dificuldades, e assim buscando estratégias que facilitem a aprendizagem mediante a dificuldade apresentada pelo sujeito. Crianças e adolescentes que vivem em situação de risco, como filhos de bandidos, ou que os próprios aprendizes já foram detidos, ou que vivem em um ambiente que requer maior cuidado, por ser considerado perigoso, e que cotidianamente se presencia uma cena de violência, tanto da família quanto dos demais moradores do bairro, tendem a apresentar dificuldade no processo de aprendizagem, pois muitas vezes essa situação de risco social, possibilita uma maior dificuldade por fazer parte desse meio desfavorecido de alguns direitos básicos do ser humano, como por exemplo, estrutura familiar, infra estrutura, moradia, saúde, educação, e acabam interferindo no desenvolvimento do ser humano e conseqüentemente no seu processo de aprendizagem, encontramos também, na maioria das vezes, escolas e profissionais despreparados para lidar com essa situação.

Este estudo é voltado para esse tipo de situação, onde o aluno apresenta dificuldades no seu processo de aprendizagem em virtude da sua situação de risco social que se encontram, por não possuírem condições mais favoráveis para um melhor desenvolvimento pessoal, como moradia, saúde, educação de qualidade, e a falha nesses fatores acabam gerando problemas maiores que vão continuar prejudicando futuramente.

Como um país em desenvolvimento, infelizmente o Brasil possui um grande número de crianças e de adolescentes em diversas situações de risco. Por questões de clareza, pode-se falar em grupos de crianças com necessidade de medidas de proteção especiais, embora, muitas vezes, uma mesma criança viva mais de uma dessas situações. Há, assim, as crianças trabalhadoras, as exploradas sexualmente (comercialmente ou não), com deficiência, as envolvidas com a rua, as discriminadas pela identidade étnica ou religiosa ou por gênero, as em conflito com a lei e as institucionalizadas, e tendo como relevância todas essas questões, como o psicopedagogo pode contribuir na avaliação e intervenção nas dificuldades apresentadas por essas crianças e adolescentes e por todos que influenciam direta e indiretamente tanto no processo de ensino- aprendizagem quanto no que diz respeito ao contexto ao qual se encontra esses alunos, como a família, o corpo da escola, o meio em que vive esses alunos, auxiliando em torno de toda situação contextual envolvida, ou seja, analisando o ambiente que vive, como vive e com quem vive esses alunos.

Para discutir o tema proposto nosso trabalho foi assim estruturado. No cap 1 a Introdução onde apresentamos uma visão geral do que será apresentado nesse estudo. No cap

2, intitulado A criança e adolescente em situação de risco social nesse capítulo discutimos o tema situação de risco social e seus aspectos conceituais, e também sobre criança e adolescente em situação de risco social esse capítulo é subdividido em 1 subcapítulo, no 2.1 intitulado Aspectos contextuais socioculturais das crianças e suas famílias falamos dos contextos socioculturais e da família, seu conceito, e da importância dela nos contextos educacionais. No capítulo 3 Documentos Institucionais, discutimos a legislação que protege os direitos das crianças e adolescentes no Brasil e no mundo. No cap.4 A atuação do psicopedagogo frente à criança e adolescente em situação de risco social. O que fazer, como fazer, discutimos sobre a história da psicopedagogia, seus conceitos, objetos de estudo, bem como sua atuação no contexto escolar com crianças e adolescentes em situação de risco social. No capítulo 5 intitulado Aspectos Teóricos Metodológicos da Pesquisa onde demonstramos qual o delineamento da mesma, seus participantes, instrumentos, os procedimentos utilizados e de como analisamos os dados. No 6º capítulo Resultados e discussão mostramos os resultados e os discutimos. No capítulo 7 intitulado Considerações Finais, como o próprio nome já diz foi onde falamos da importância do estudo, suas contribuições, e quais estudos futuros seriam possíveis.

2. A CRIANÇA E O ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL

As pessoas que se encontram em situação de risco social são consideradas vulneravelmente sociais, muitas vezes pessoas e lugares que estão expostos à exclusão social, são famílias, indivíduos sozinhos, e é um termo geralmente ligado a pobreza, onde muitas vezes as pessoas são deixadas a margem da sociedade, inibidas de alguns direitos e deveres, como, condições precárias de moradia e saneamento, saúde e educação de má qualidade, não possui família, não possui emprego, e esses fatores contribuem para que assistamos estarrecidos, a uma desenfreada produção em série de crianças e adolescentes sem referências de afeto, amor, ética, moral, auto-estima e sem perspectivas de exercerem sua cidadania. MOSER (1998) define vulnerabilidade como três diferentes situações, partindo da situação de risco social que se encontra, são eles, exposição ao risco; incapacidade de reação; e dificuldade de adaptação diante da materialização do risco.

Crianças e adolescentes que "escolarizam-se" nas ruas, fator que compõe um risco social, são cidadãos, mas não estão exercendo os mesmos direitos e deveres dos outros que estão freqüentando a escola de forma correta, assim o indivíduo que se encontra na situação de risco social torna-se um excluído socialmente, isso ocorre quando indivíduos são impossibilitados de partilhar dos bens e recursos oferecidos pela sociedade, fazendo com que essa pessoa seja abandonada e expulsa dos espaços da sociedade. Assim Delors (2010. p.82) diz que:

Um dos principais papéis reservados a educação, antes de mais, em dotar a humanidade, da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. Ela a educação, deve de fato, fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos, e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades.

Por isso se faz importante compreender que as crianças que vivem em ambientes menos desfavorecido em um contexto de risco social e desenvolvem problema no comportamento, nos aspectos sociais e culturais, acadêmicos, entre outros, são chamadas vulneráveis. Essas crianças podem demonstrar, ao modo delas, sua situação de vulnerabilidade a cerca dos problemas de condutas e ou desequilíbrio emocional.

As crianças que são consideradas vulneravelmente sociais, geralmente são cercadas de uma série de questões que desfavorecem o seu desenvolvimento pessoal, social, cultural, cognitivo, entre outros, como, a convivência com o cigarro, com álcool, com as drogas, muitas vezes no próprio ambiente familiar tem a disponibilidade de drogas, as situações de

violência no meio em que vive, dificuldades nas relações interpessoais, problemas acadêmicos, entre outros (ECA, 1990).

De acordo com Célia (1997), por situação de risco podemos entender como a condição que as crianças são expostas como a violência, o uso de drogas, doenças crônicas e a todas as privações de ordem afetiva, cultural, e socioeconômica. Tais condições implicam em resultados negativos e indesejáveis ao desenvolvimento físico, mental, social, emocional, entre outros fatores, do indivíduo.

No que diz respeito, aos fatores e mecanismos de proteção dos quais as crianças dispõem na sua rede de apoio social e afetiva, é relevante que tais fatores sociais e afetivos associados, auxiliem a criança a desenvolver sua adaptabilidade, segurança, autonomia, e criatividade (Koller, 1999).

O fator social e afetivo são de extrema importância para que possamos compreender a capacidade dos indivíduos de superar as situações de risco as quais são expostos, desenvolvendo comportamentos adaptativos e adequados, ou seja, essas crianças e adolescentes que vivem nessa situação de risco, são resilientes. Segundo Hutz (1996), crianças resilientes são consideradas aquelas que não somente tentam fugir dos efeitos negativos da situação de risco que se encontram, mas que também, desenvolvem competência social, acadêmica e vocacional.

Sentimentos de autoeficácia, autonomia, e autoestima que em crianças e adolescentes em situação de risco são mais frequentes. Rutter (1990) aponta como importantes as experiências positivas que levam a esses sentimentos, no que diz respeito, ao desenvolvimento da resiliência emocional.

Já em relação a resiliência acadêmica a escola pode contribuir para o aumento dessas habilidades nas resoluções de problemas e a aprendizagem de novas estratégias, como capacitar professores (Rutter, 1990)

Em relação à resiliência social podemos caracterizar como o não envolvimento em delinquência um relacionamento mais afetivo com familiares e grupos de amigos, bom vínculo com a escola, modelos sociais que promovam uma aprendizagem construtiva nas situações com a família e com a escola (Fuentes et al, 1988). Assim com o equilíbrio desses fatores, contribuímos para o desenvolvimento em diversos aspectos do sujeito (Koller, 1999).

É relevante sabermos que a família, a sociedade e a escola possuem um papel fundamental no desenvolvimento e na formação do cidadão. Assim, a atuação dos profissionais que visam uma melhor educação para os alunos, como diz Rodrigues (2012, p.27) que precisam:

Conhecer e avaliar a capacidade intelectual e cognitiva dos alunos em cada fase do desenvolvimento, tanto enquanto ensino, tanto em viabilizar aprendizagens ativas e auto descoberta, são situações educativas que podem ser grandemente facilitadas pelas abordagens psicológicas, em particular sobre o desenvolvimento, a teoria de Piaget.

Assim para que se entenda melhor os processos interativos valorizando os contextos familiares e educacionais, é preciso que se compreenda não só o sujeito, mas também os contextos aos quais o mesmo está inserido, analisando os fatores, que se relacionam com o meio em que vive esse sujeito.

Deste modo Vygotsky (apud Rodrigues, 2012, p.27) fala sobre a importância da compreensão dos processos interativos que ocorrem nos contextos familiares e educacionais, os valorizando por serem significativos na construção do cidadão.

Quanto mais conhecimento um profissional da educação adquiri no seu campo de estudo e na sua área de trabalho, ainda mais eficaz será sua atuação em situação específica, como os fatores contextuais e sociais, e mediante a essa situação, se torna possível ter novas experiências, enriquecendo assim, seu campo de conhecimento, a respeito dessas considerações Rodrigues (2012, p.36) diz que: "É importante na medida em que no ato educativo se estuda como os contextos específicos, as pessoas são orientas e condicionadas pelos significados pessoais, que atribuem a suas experiências." Com isso podemos dizer que a educação é necessária para a formação e desenvolvimento humano, e devem nos proporcionar uma compreensão mais eficaz à respeito do mundo físico e social, como Rodrigues (2012, p.37) escreve que:

A educação é uma forma de promover o desenvolvimento humano através do descobrimento de potencialidades que cada sujeito possui e das análises, das teorias que dão conta dos processos de construção do conhecimento sobre o mundo físico e social.

Contudo, podemos afirmar que a educação, deve haver, não só como forma de transmitir conhecimento, mas também para formar cidadãos, ou seja, seres humanos capazes de entender o mundo a sua volta e dessa forma estando preparados para novas situações e aprendizados que possam vir a ocorrer tanto no meio em que vivem como fora dele. Freire (2013) diz que a tendência do educador para o educando é estabelecer uma forma autentica de pensar e atuar, ou seja, fazer essa relação de si mesmo com o mundo.

2.1 Aspectos contextuais socioculturais das crianças e suas famílias

O conceito de família se ampliou com as mudanças sociais que vem ocorrendo ao passar do tempo. Segundo Dessen (2010), uma definição contemporânea de família, basea-se nos arranjos que se estabelecem. Variáveis como consanguinidade, continuidade ao longo da vida, relacionamento heterossexual, divisão da mesma casa e outras, não definem o que seja família. Petzold (apud Dessen (2010), define a família como grupo social, caracterizado por relações íntimas e intergeracionais entre seus membros. Nesse pensamento Dias (2011) destaca que:

Seja qual for o modelo de família ela é sempre um conjunto de pessoas consideradas como unidade social, como um todo sistêmico onde se estabelecem relações entre os seus membros e o meio exterior. [...] desempenhando funções importantes na sociedade, como sejam, por exemplo, o afeto, a educação, a socialização e a função reprodutora.

Segundo Coll (2004) é a família que possibilita ao indivíduo características, costumes e valores, afetando o desenvolvimento psicossocial, ela é a base para a aprendizagem, já que é nela que o indivíduo tem seu primeiro contato com pessoas que contribuirão para sua aprendizagem, comunicação e interação com eles e com o meio.

A família é a base para o desenvolvimento do indivíduo, Ribeiro (2004), destaca a importância do convívio familiar ressaltando a família como o elemento básico na sociedade, sendo o meio natural para o desenvolvimento e crescimento do indivíduo, garantindo o bem estar de todos os seus membros, em especial das crianças como declara a convenção das nações unidas sobre os direitos da criança.

Assim, podemos dizer que a família é um grupo social que favorece significamente nas condições de desenvolvimento satisfatório da personalidade de uma pessoa. Assim sendo " a criança se desenvolve no dia a dia com a família e aprende" (Ribeiro, 2004), que é mais perspicaz ao falar que:

Desenvolvimento é aprendido, mudança. O desenvolvimento da criança é influenciado pela família, cada um com seu comportamento e atitude[...] A criança aprende a conhecer o mundo a partir da experiência que vive na família, reconhecendo cada uma de seu jeito[...]os pais serão os primeiros mediadores das relações sociais da criança e, antes de tudo, precisam estar bem consigo mesmo e lidar com as próprias insatisfações e frustrações para não descontá-las no pequeno seguidor.

É sabido que os fatores familiares interferem nas relações sociais e na formação do indivíduo, a criança junto com todos os membros da família devem dar ênfase aos fatores

sociais, como a violência, que podem prejudicar o equilíbrio necessário para viver bem (Velluti, 1996).

São muitos os fatores socioculturais que afetam as famílias que se encontram em situação de risco social, e a família é um fator importante na perspectiva de garantir um futuro melhor para suas crianças e adolescentes (Ribeiro, 2004, p.36), afirma que :

As vezes, a criança pode estar sendo influenciada pelo ambiente, pelos colegas de seu grupo ou pelo tipo de atividade que realiza. afastá-las dessas influencias pode ser necessário mas com o cuidado de apoiar a formação de novos vínculos, despertando seu interesse, não sua revolta.

Contudo, é necessário lembrar que depois da família são os professores que interagem com as crianças dentro do seu contexto escolar e também do grupo familiar que essa criança está inserida, favorecendo para o melhor crescimento do individuo e contribuindo diante de um trabalho onde os membros aluno-escola-família se relacionam, melhorando sempre em direção a sociedade que desejamos sem espaço para os fatores que resultam na situação de risco social.

3. DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Como o presente trabalho aborda uma temática acerca da situação de risco e vulnerabilidade social que se encontram as crianças e adolescente na escola, é pertinente conhecer algumas instituições e documentos que asseguram, garantem e protegem crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco social, como, a Constituição Federal, o ECA, Lei da Itinerância.

A aprendizagem está presente no ECA e é regulamentada pela lei nº 10.097 de 2000. A contratação nessa modalidade implica em carga horária reduzida, inscrição em curso de ensino técnico e atividades específicas que não sejam prejudiciais ao desenvolvimento do adolescente e não interfiram nos estudos regulares.

Torna-se cada vez mais preocupante a situação de risco que se encontram as crianças e adolescentes de lugares desfavorecidos, devido as precárias condições de vida, e que muitas vezes sofrem a exclusão social, onde os direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente não são respeitados (ECA, 1990).

Entende-se por situação de risco, as circunstâncias que se encontram as crianças e os adolescentes, que vivem em um ambiente que desfavorece significamente em seu desenvolvimento psicossocial, moral, íntegro, socioeconômico, entre outros, e que assim prejudicam na sua formação como cidadão, devido a essas privações básicas que lhe são de direito.

Os dispositivos da Constituição de 1988 relativos à criança e ao adolescente, regulamentados pela Lei nº 8.069/90 - denominada Estatuto da Criança e do Adolescente, representam um impulso fundamental no processo de conscientização do dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade os seus direitos.

Assim (Coimbra & Nascimento, 2005), apontam a relevância estatística dos fatores externos no desempenho escolar causou surpresa e preocupação entre especialistas e pesquisadores temerosos de ver ressurgir uma idéia perigosa de culpabilização do aluno (e da família) por seu próprio fracasso, que reforça ainda mais a manutenção da exclusão.

Esse quadro de exclusão social em que se encontra parcela significativa das crianças e adolescente de locais desfavorecidos, no que diz respeito a melhores condições de vida característica de país subdesenvolvido e injusto, explica uma série de problemas que são desafios: meninos e meninas de/na rua, falência do sistema de internação, repetência e evasão escolar, prostituição infantil, criminalidade infanto-juvenil, uso de drogas e violência contra a

criança e a adolescência. Essa é a situação de risco em que se encontram crianças e adolescente consideradas vulneravelmente sociais.

Para Freire (1997), nessa relação, os oprimidos são submetidos à “invasão cultural” ao “silenciamento” da sua palavra e a constante “desumanização”, o que os impede de concretizar a sua “vocação ontológica” na direção de “ser mais” e de sua “humanização”. Freire (apud Rodrigues 2012) acredita que o melhor educador, é o que procura os melhores caminhos, as melhores ajudas, que possibilitem ao alfabetizando exercer, um papel de sujeito do conhecimento no processo de sua alfabetização.

As instituições e os programas voltados à infância e à adolescência vêm, em geral, fazendo um atendimento precário, em termos de abrangência e qualidade. Uma das razões das falhas desses serviços é a falta de capacitação profissional, que, por sinal, vem melhorando nos últimos anos.

A palavra "risco" deriva-se do latim *resicare* ³/₄ "cortar", assim a situação de risco que se encontram as crianças e os adolescentes, pode-se, então, dizer que as mesmas têm seus direitos cortados, ou seja, cortam seus direitos e suas potencialidades. Mantendo, no entanto, um círculo vicioso da pobreza, onde crianças e adolescentes que vivem nessa situação e risco têm seus direitos fundamentais negados e assim, tendem a tornarem-se adultos que pouco poderão passar a seus filhos, além da herança da miséria e da marginalização. Alves (2007), diz que:

A pobreza e toda a infinidade de problemas a ela associados dificultam a vida de milhões de pessoas ao redor do mundo, tendo, porém, em crianças e adolescentes suas vítimas preferenciais. As pessoas com idade inferior a 18 anos representam um número desproporcionalmente grande entre os mais pobres e marginalizados. Segundo estudos recentes da Organização das Nações Unidas,² 40% das crianças e dos adolescentes dos países menos desenvolvidos tentam sobreviver com menos de um dólar ao dia. Eles não só representam uma parcela muito significativa da população mais pobre do mundo, como também são acometidos pela pobreza em um período crítico de suas vidas, o que lhes compromete o desenvolvimento e lhes provoca efeitos danosos de longa duração, tanto físicos quanto psicossociais.

A pobreza costuma acompanhar-se do desrespeito aos direitos humanos fundamentais, não sendo diferente em relação às crianças e aos adolescentes. A Convenção sobre os Direitos da Criança é o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 193 países. Somente dois países não ratificaram a Convenção: os Estados Unidos e a Somália – que sinalizaram sua intenção de ratificar a Convenção ao assinar formalmente o documento.

Tendo em conta que a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial foi enunciada na Declaração de Genebra de 1924 sobre os Direitos da Criança e na Declaração dos Direitos da Criança adotada pela Assembléia Geral em 20 de novembro de 1959, e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (em particular nos artigos 23 e 24), no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (em particular no artigo 10) e nos estatutos e instrumentos pertinentes das Agências Especializadas e das organizações internacionais que se interessam pelo bem-estar da criança;

Somente com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, contudo, reconheceu-se, pela primeira vez, universalmente, que a criança deve ser objeto de cuidados e atenções especiais. Tal reconhecimento deu-se por força do item 2 do artigo XXV, onde se dispôs claramente que "a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especial. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social."

Os dispositivos da Constituição de 1988 relativos à criança e ao adolescente, regulamentados pela Lei nº 8.069/90 - denominada Estatuto da Criança e do Adolescente, representam um impulso fundamental no processo de conscientização do dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade os seus direitos.

4. A ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO FRENTE A CRIANÇA DE RISCO SOCIAL. O QUE FAZER ; COMO FAZER;

Com origem na Europa durante o século XIX com os chamados ‘Centros Psicopedagógicos’, na França, ganhando importância e se espalhando rapidamente. Faziam parte desses centros profissionais como: psicólogos, pedagogos, psicanalista, e reeducadores de psicomotricidade e da escrita e objetivando o trabalho cooperativo médico-pedagógico para crianças com problemas comportamentais e ou escolares (PERES, 1998, p. 41). No século XX, no final da década de 60 esse modelo de psicopedagogia passou a ser questionada pela indiscriminada rotulação de alunos, sem a preocupação com o contexto socioeducacional (Id. Ibid, 1998, p 42). Assim foi disseminada pelo mundo, procurada por países onde o insucesso escolar vitimava os estudantes. Foi na Argentina onde a Psicopedagogia cresceu e adquiriu status de ciências e foi reconhecida na educação.

No Brasil a psicopedagogia é uma área de conhecimento relativamente recente, introduzida nos anos 70, onde as dificuldades de aprendizagem eram associados a uma disfunção neurológica camuflando assim problemas sociopedagógicos (BOSSA, 2007, p.41).

Segundo Scoz (2011, p. 12) a psicopedagogia é um campo de conhecimento que estuda os processos de aprendizagem e as dificuldades que podem ocorrer durante esse processo.

Bossa (2007, p. 8), afirma que a atuação do psicopedagogo ocorre basicamente nos contextos clínico e institucional (escola, hospital e empresas).

A Psicopedagogia como uma ciência que estuda os processos de aprendizagem e as dificuldades neles existentes, deve ter uma prática que contribua de forma interdisciplinar e multidisciplinar com os profissionais envolvidos nesse processo de aprendizagem, como professores, coordenadores, diretores e todo corpo gestor da escola.

A luta contra o insucesso escolar que atinge todas as categorias sociais, segundo o relatório da UNESCO, tendo em vista a educação desejada para o século XXI, constatou a forma de constantes repetências, fracasso escolar, abandono durante os estudos, marginalização de perspectivas relevantes para uma aprendizagem satisfatória, e assim, no fim das contas a consequência do abandono escolar devido a falta de qualificações nem competências reconhecidas (DELORS, P. 146-147).

E tendo como base principal compreender melhor o processo de aprendizagem, tendo em vista todos os fatores que cercam o sujeito, no objetivo de contribuir para um melhor alcance nos limites e na superação das dificuldades de aprendizagem. Rubinstein fala que, " A

psicopedagogia nasceu de uma falta e é essa a falta, enquanto paradoxo, que a mobiliza no sentido de buscar as possíveis alternativas para compreender o sujeito da aprendizagem nos diferentes contextos socioculturais".

Em virtude da demanda apresentada pelos problemas de aprendizagem humana, surgiu o interesse da psicopedagogia, que cresceu devido aos seus significativos recursos, que vão além do limite da psicologia e da própria pedagogia,[...] e que para entender a essa demanda, constituiu-se, assim, numa prática "BOSSA (2000, p.21).

São muitos os sintomas apresentados pela escola, em relação a sua tarefa educativa, como cita, CARLBERG (2000) que define 'dispedagogia', como, "as dificuldades encontradas pela escola na sua prática, referente à metodologia de ensino, ou ao vínculo que estabelece com seus alunos". Assim mediante a essa afirmação, podemos dizer que é papel da psicopedagogia estreitar as relações no espaço institucional da escola, diante de todo conhecimento produzido ali, pois para uma aprendizagem benéfica se faz necessário a interação de todos, tanto de quem ensina quanto de quem aprende.

Assim como diz CASTRO (2004, p.111), "ninguém aprende e aprende sem afeto, sem desejo, sem curiosidade e sem vivenciar objetivamente o conteúdo em questão", por isso a necessidade da psicopedagogia na sua área de atuação, fazer com que, todos os profissionais relacionados ao sujeito aprendente atuem de maneira interdisciplinar, contribuindo no processo de aprendizagem do sujeito, melhorando na formação e no desenvolvimento pessoal, físico, social, cognitivo, entre outros.

A escola junto com a prática psicopedagógica são ferramentas importantes para inserção desses indivíduos, principalmente, crianças e adolescentes, na sociedade. É necessário que aja um aumento da escolaridade e da qualidade educacional e cultural para esse segmento da população em situação de risco social. Com uma melhor e maior bagagem educacional e cultural as outras carências poderão ser suprimidas. Assim segundo Rubistein (2004), a psicopedagogia nasceu de uma falta e é essa falta, enquanto paradoxo, que a mobiliza no sentido de buscar as possíveis alternativas para conhecer o sujeito da aprendizagem os diferentes contextos socioculturais. Contudo a psicopedagogia é uma ciência que estuda as os processos de aprendizagem e as dificuldades apresentadas nesse processo (Bossa) . Assim podemos afirmar que a psicopedagogia age como uma mediadora diante das dificuldades apresentadas desde a avaliação até a intervenção, em busca de amenizar ou solucionar a dificuldade apresentada no processo de aprendizagem, então podemos concordar com a fala de João Batista que diz que a psicopedagogia nasceu da necessidade de se compreender melhor o processo de aprendizagem em todo seu alcance e contribuir na

superação dos limites e dificuldades que interferem no processo de aprendizagem, trazendo conseqüências significativas no desenvolvimento do aprendiz, fazendo com que o indivíduo fracasse podendo comprometer seu futuro.

O psicopedagogo como profissional da área de educação, que estuda, avalia e intervém, no processo de aprendizagem do aluno e os fatores contextuais do indivíduo, deve estar atento a todos os fatores que influenciam ou podem influenciar nesse processo, para que seja feito um trabalho avaliativo e interventivo, benéfico no processo de aprendizagem e para que as dificuldades advindas tanto de fatores externos quanto internos, sejam realizadas beneficiando a aprendizagem do aluno. Segundo Bossa (2000. p. 42), a psicopedagogia tem:

[..] A função do psicopedagogo na área educativa é co operar para diminuir o fracasso escolar, seja este da instituição, seja do sujeito, ou o que eu é mais frequente de ambos[...] procurar reconhecer as alterações da aprendizagem sistemática[...] buscar descobrir como o sujeito aprende[...].

O desempenho profissional de um psicopedagogo ou de uma equipe é influenciado também pela tradição e pela formação recebida. Com relação à tradição, aquilo que se fez sempre, aquilo que responde à percepção social sobre o papel profissional, possui uma influência direta inegável nas próprias crenças do psicopedagogo, em sua auto percepção profissional e, conseqüentemente, no que faz; indiretamente, influi também por meio das expectativas geradas por sua tarefa e pelas demandas que lhe são formuladas.

O fator importante citado por Coll (1989) indica o lugar preferencial de intervenção, relacionado a atuação psicopedagógica, que entendemos como a diversidade de níveis e contextos, inclusive quando circunscrita ao marco educacional escolar. Este eixo inclui tanto as tarefas localizadas no nível de sala de aula, em algum subsistema dentro da escola, na instituição em seu conjunto, ano, série, assim como aquelas que se dirigem ao sistema familiar, à zona de influência, como o meio que o indivíduo vive é um fato que se deve considerar e também as tarefas que aparecem englobadas nos eixos precedentes são objeto da intervenção psicopedagógica, não significa que todos os psicopedagogos as executem em seu conjunto e, obviamente, não significa que as realizem da mesma forma.

A atuação psicopedagógica como intermediadora desse processo de aprendizagem na instituição escolar, diante do seu trabalho de prevenção avaliação e intervenção, favorece a aprendizagem de forma significativa, tendo como base a valorização as experiências e estratégias já existentes, gerando um envolvimento maior e um aproveitamento melhor com base nos seus conhecimentos, de todos os envolvidos diretos com o sujeito que aprende Beauclair (2008, p.71).

Assim visando a prática do psicopedagogo e suas experiências na área do conhecimento, Gonçalves (2003 p. 28), diz que a

Vinculação com idéias e pressupostos de diferentes correntes pedagógicas e psicológicas, privilegiando, a meu ver, as diferentes contribuições da Psicanálise. Isto porque a Psicopedagogia possui pontos de identidade com a Psicanálise e sua maneira de construir abordagens teóricas são parecidas e também originárias de estudos e práxis sobre subjetividades

Para que o profissional de psicopedagogia em sua prática entenda ainda mais esse processo de aprendizagem e as dificuldades que surgem em torno desses processos, remete-se a esse profissional, que o mesmo seja um colaborador na tomada e explicitação das consciências de todos os envolvidos no processo analítico da própria instituição educacional e assim sendo BEAUCLAIR (2008, p.72) afirma que o psicopedagogo deve se propor a entender,

As relações de poder, a trama de interações, simetrias entre pares e assimetrias segundo o modelo organizacional, o interjogo de papéis entre os integrantes, os diversos sistemas de valores, as coincidências ou desavenças entre os diferentes projeto e aspirações.

A atuação e as habilidades do psicopedagogo também devem estar voltadas a comunidade social, onde exerce sua práxis profissional, estando consciente das obrigações morais, éticas, políticas, entre outros, que são relações que normatizam e estabelecem só princípios básicos do convívio e da interação social. Assim Beauclair (2008,p. 77) afirma que:

A prática profissional do psicopedagogo não poder ser isolada: necessita essencialmente do compartilhar, do estar junto, da solidariedade e da aprendizagem colaborativa [...] O compromisso da prática social do profissional de Psicopedagogia supõe o encontro com diversos momentos de conflito, pois as definições institucionais, a regulação presente em suas estruturas funcionais e o legado herdado pelo conformismo, pelas tradições e pela inércia está, a cada momento, presentes no cotidiano.[...] o profissional de Psicopedagogia pode romper barreiras dentro de sua práxis[...].

Então para que o profissional de psicopedagogia possa compreender as relações ligadas ao processo de aprendizagem e todas as interfaces relacionadas a esse processo, é preciso se apropriar de elos criativos e colaborativos para desenvolvermos de modo permanente, o espírito de cooperação aos múltiplos problemas e desafios do nosso tempo, Beherns (1996).

E assim visando os processos de aprendizagem e as dificuldades que neles surgirem, ser um profissional ativo na área educativa, cooperando para diminuir o fracasso escolar, desistência de alunos que não sentem interesse em ir à escola, observando o sujeito e tudo que

está relacionado a ele, para que assim possa criar estratégias benéficas nesse processo de ensino-aprendizagem, mediante as situações contextuais, sociais, culturais, entre outras, dos alunos que se encontram em situação de risco social, e que em virtude dessa problemática apresentam dificuldades no processo de aprendizagem.

Falar à respeito da importância dos profissionais da área de educação, nos remete a comentar sobre Gauthier (2000), que fala sobre o reconhecimento desses profissionais, no âmbito social, colocando-os como ativos nesse processo de formação de cidadão dos alunos, priorizando o conhecimento e ensinamento desses profissionais, mediante sua atuação no contexto escolar, familiar, cultural, social, entre outros. Com isso Rodrigues (2012, p.47) nos diz que:

A profissionalização docente é uma busca difícil, complexa, mais possível se perseguida através de atitudes de valorização da pesquisa no processo formativo da socialização de resultados e de estudos pedagógicos que consolidam um modelo, um caminho de profissionalização que se espera obter uma profissionalização capaz de preparar o(a) professor(a), para conviver e trabalhar com a diversidade na sala de aula assim, podemos demonstrar tanto a importância dos profissionais que atuam na área de educação mediante a alunos considerados em situação de risco social, quanto podemos destacar a necessidade de se capacitar esses profissionais, buscando a preparação adequada para que os mesmos possam adquirir maior conhecimento frente as dificuldades enfrentadas no contexto escola e na sala de aula, para que os mesmos possam saber lidar com a diversidade existente nos aspectos sociais, culturais, escolar, familiar, entre outros.

5- MÉTODO

5.1 DELINEAMENTO

Pesquisa de caráter qualitativo, bibliográfica, descritiva, exploratória.

5.2 SUJEITOS DE PESQUISA

Os participantes foram 3 Psicopedagogos da grande João Pessoa de ambos os sexos, sem restrição de idade.

5.3 INSTRUMENTOS

Para a coleta de dados utilizamos uma entrevista semiestruturada onde foram abordadas questões sócio demográficas com o objetivo de descrever e caracterizar os participantes da pesquisa, e questões referentes a seu convívio e atuação em escolas com crianças e adolescentes em situação de risco. Estas entrevistas foram aplicadas com 3 profissionais de Psicopedagogia da grande João Pessoa.

5.4 PROCEDIMENTO

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os participantes 3 profissionais de psicopedagogia. Os critérios para selecionar os participantes foram: serem psicopedagogos (as) e trabalharem em escolas com crianças e adolescentes em situação de risco.

5.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Foram respeitados os aspectos éticos na aplicação das entrevistas, preservando o anonimato de cada participante, onde os mesmos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, com base na Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

5.6 ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta dos dados, os mesmos foram classificados de forma sistemática através de seleção, categorização e disposição dos dados, possibilitando maior clareza e organização na última etapa desta pesquisa, que é a elaboração do texto monográfico. Para realizar a análise de dados nos basear-se-á no método de análise de conteúdo de Bardin (1977). Para esse pesquisador a análise de conteúdo consiste em tratar a informação a partir de um roteiro específico, iniciando com (a) pré-análise, na qual se escolhe os documentos, se formula hipóteses e objetivos para a pesquisa, (b) na exploração do material, na qual se aplicam as técnicas específicas segundo os objetivos e (c) no tratamento dos resultados e interpretações. Cada fase do roteiro segue regras bastante específicas, podendo ser utilizado tanto em pesquisas quantitativas quanto em pesquisas qualitativas.

Para analisar as respostas e preservar a identidade dos respondentes, estes foram identificados por letras são elas A, B e C.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 Análise e discussão dos questionários aplicados

Participaram dessa pesquisa 3 psicopedagogos sendo duas mulheres e um homem que atuam na escola com crianças e adolescentes em situação de risco social, com idade entre 24 e 37 anos, todos bacharéis em Psicopedagogia. Quando analisadas as entrevistas, os entrevistados A, B e C responderam a segunda questão que perguntava : Como você descreve o contexto onde os alunos estão inseridos? Responderam que " São em sua maioria que classe econômica muita baixa, expostas a violência domésticas, usos de drogas, carência afetiva", " Os alunos vivem inseridos em uma sociedade aquém dos direitos necessários: faltando estrutura básica, saúde, e alimentação deficitária", " Contexto de extrema desigualdade sociocultural. Os educandos acolhidos pela escola apresentam aspectos psicossociais bem variados, algumas expressam extrema carência afetiva e outras, agressividade, algumas expressam aversão à violência e outros demonstram fascínio por ela. O contexto das famílias é bem diferenciado. Existem inúmeros pais que mal conseguem ler e vários que não são alfabetizados.". Levando em consideração as respostas dos entrevistados podemos perceber que as crianças e adolescentes da escola a qual elas atuam se encontram em situação de risco social, que segundo Lisboa (2002) são crianças que vivem em ambientes menos desfavorecidos e assim acabam desenvolvendo problemas no comportamento na interação social e dificuldades acadêmicas. Sendo consideradas vulneráveis no que diz respeito as aspectos de riscos socioculturais.

Na terceira questão foi perguntado: Como identificou as dificuldades socioculturais e emocionais dos alunos? O entrevistado C respondeu que "Desenvolvemos um instrumento psicossocial com a supervisora da instituição escolar objetivando o mapeamento dos educandos focando aspectos cognitivos, emocionais, afetivos e psicomotores dos envolvidos". Os entrevistados A e B responderam que: "Através da observação do próprio meio onde estão inseridos e da vivência com os alunos", " A identificação teve início com a observação, ao chegar na comunidade, já fui alertada que ao lado da escola é um ponto de vendas de drogas, muitos de nossos estudantes são dessa comunidade, reuniões de responsáveis também é revelador para a realidade deles, conversas com profissionais que fazem parte da comunidade e junto aos estudantes também". Como notamos na fala dos profissionais A e B eles usaram de um precioso recurso, a observação, para identificação das dificuldades. Nesse contexto Coll et al (2009) nos fala que com a observação contextual é possível reunir informações e

analisar as interações humanas, configurando uma base mais sólida visando a reversão dos problemas psicopedagógicos. Os mesmos autores ainda nos fala que tanto a observação individual quanto a grupal é um instrumento chave para o psicopedagogo e oferece informações sobre a dinâmica, interações e processos de aprendizagem dos alunos.

Na quarta questão foi perguntado se os profissionais tem contato com a família ou responsáveis pelos alunos. O entrevistado C respondeu que “Sim. Por meio das reuniões mensais e de reuniões de pais e mestres abordamos temas relevantes que amenizam a situação de vulnerabilidade dos educandos conscientizando os pais da importância do seu acompanhamento na aprendizagem dos filhos. Apresentamos os Projetos desenvolvidos pela Instituição, principalmente as ações pautadas no Projeto Família Colorida que objetiva estreitar a relação família/escola conscientizando pais, responsáveis e cuidadores no acompanhamento da educação formal e das atividades extracurriculares desenvolvidas pelo Programa Mais Educação executados na Instituição.”. Podemos observar que na resposta do entrevistado C utiliza uma abordagem de contato com as famílias e responsáveis dos alunos que possibilita uma interação mais direta família escola. Em relação a isso Bossa (2007) fala que a psicopedagogia olha para o sujeito em sua individualidade mas consegue enxergá-lo integrado nos grupos a que pertence como família, escola e sociedade.

Os entrevistados A e B responderam o seguinte “Depende do tipo de família. Algumas são abertas com a escola e outras ficam em déficit com a comunicação família e escola.”, “Sim tenho, é indissociável pensar em educação sem interligar o tripé escola – família – sociedade, mas essa não é uma tarefa fácil, os responsáveis em sua maioria não participam efetivamente da vida do pupilo na escola, principalmente dos casos que nos expiram mais cuidados, como agressividade, falta de limite e desacato.” Podemos ver nas respostas A e B que nem todas as famílias e responsáveis pelos alunos mantinha contato com os profissionais da escola, dificultando uma maior interação, que é de enorme importância, entre família e escola. De acordo com SCOZ (1994, p. 71 e 173), a influência da família é decisiva na aprendizagem dos alunos. Os filhos de pais ausentes se sentem desvalorizados e carentes, e isso gera desconfiança, insegurança, improdutividade e desinteresse, ou seja, obstáculos à aprendizagem escolar. A família traz informações importantes sobre fatores que possam interferir na aprendizagem e apontando caminhos adequados para trabalhar com a criança. Tornando possível a orientação aos pais para que compreendam a enorme influência das relações familiares no desenvolvimento dos filhos.

Na questão numero 5 foi perguntado Como as crianças e adolescentes da sua escola se comportam na sala de aula, no pátio, com os professores e com você? Destacamos as

reposta do entrevistado B que respondeu: " Na sala de aula temos duas realidades, há salas em que os professores conseguem por em prática o que se é planejado, mas em outras a conversa, brincadeira e celular é um empecilho constante na aula. Durante o intervalo que é a hora em que eles estão no pátio eles se reúnem em grupos pelos quais se identificam e comigo posso dizer que foi gradual, quando entrei na escola eles não me tinham como parte da equipe pedagógica e me tratavam com indiferença, mas hoje com um ano e meio de atuação já conquistei meu espaço." " A maioria apresenta dificuldades no relacionamento com os educadores pela discrepância presente entre a proposta oferecida pela Instituição e as suas vivências no seu contexto familiar. Como desenvolvo na Instituição um trabalho com as TIC's, área que desperta atenção e interesse de todos, normalmente a convivência é agradável com todos os educandos. As atividades com o computador por mais tradicionais que pareçam despertam neles muita curiosidade e cooperação." Rodrigues (2011) no fala que é preciso refletir sobre o tema indisciplina, e que ela se apresenta com varias faces, como: agressividade, falta de educação domestica, influencia do ambiente familiar trazendo conseqüências negativa no processo de ensino aprendizagem. E completa dizendo que:

No meio educativo a indisciplina é entendida como um comportamento inadequado, um sinal de rebeldia, desacato, traduzida na falta de educação ou de respeito pelas autoridades, na bagunça ou agitação motora, e atribui ao aluno uma incapacidade em se ajustar às normas e padrões de comportamento esperados.

A mesma autora também nos diz que:

A indisciplina hoje é resultante de vários fatores dentro de um contexto social, sendo assim necessário que as instituições educacionais, através de seus técnicos e professores estejam atentas às ocorrências, procurando observar com maior atenção, os aspectos familiares.

Assim podemos dizer que a indisciplina, seja em qualquer contexto que for inserida, acarretará dificuldades por partes daqueles que esperam contribuir para um exercício benéfico na sua atuação seja qual for área que os mesmos trabalhem.

Na sexta questão perguntamos que atividades psicopedagógicas são desenvolvidas com esses alunos e se é utilizada alguma abordagem diferencial para atendê-los. Destacamos as resposta dos entrevistados B e C disseram que:

"Após a identificação uma das ações foi uma visita nas salas discutindo sobre os direitos e deveres presente no Estatuto da Criança e Adolescente, também trabalhei de forma individual com conversas com os pais reforçando a importância desse cumprimento de deveres. Reuniões periódicas com

professores com intuito de motivá-los utilizando os recursos da instituição como: sala de vídeo, sala de informática, aula de campo." B

"Desde 2010 trabalhamos com a Pedagogia da Afetividade e juntos, criamos ações que conscientizam pais, educadores e toda equipe da Instituição a valorizar o contexto onde estamos inseridos nos esforçando para trabalharmos em conjunto objetivando conservar o patrimônio tanto material e cultural da escola. Hoje, utilizamos a Robótica Pedagógica incentivando os educandos a explorar cada vez mais a busca por sua identidade, a valorização de si mesmo e o respeito mútuo. Junto com o corpo docente da Instituição por meio do planejamento dos educadores abordamos temas como violência doméstica, como trabalhar boas maneiras, inserindo cada vez mais rotinas que sejam significativas na sala de aula e ao mesmo tempo trabalhando o currículo formal da instituição." C

Percebemos nas respostas dos entrevistados B e C novamente algumas atividades e abordagem em comum retratando mais uma vez a importância da interação da família com a escola. É sabido que a atuação do psicopedagogo no campo institucional escolar requer uma série de tarefas entre as quais podemos nos remeter as respostas dos nossos entrevistados B e C, no que diz respeito às atividades e abordagens psicopedagógicas desenvolvidas como diz Carlberg (2000, p.17), o psicopedagogo deve atuar administrando ansiedades e conflitos, trabalhando com grupos, organizando projetos de prevenção, criando estratégias para o exercício da autonomia, criar espaços de escuta, observar, entrevistar e fazer devolutivas, fazer acompanhamentos e orientações, compor a equipe técnica pedagógica entre outros. Assim podemos observar que o profissional de psicopedagogia na instituição escolar tem, entre outras, a tarefa de ajudar na superação de problemas e na resolução dos acontecimentos que venham a ocorrer no processo de ensino aprendizagem, tendo o aluno, como um sujeito que aprende em todos os aspectos, cognitivo, afetivo-social, corporal (Masini, 2004).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo, e tudo que foi abordado a respeito da Psicopedagogia, a atuação psicopedagógica, e alguns documentos e leis que são referentes à situação de risco social de crianças e adolescentes na escola, entre outros assuntos, podemos dizer que pessoas em situação de risco social são consideradas vulneráveis socialmente, devido as péssimas circunstâncias, sócio, culturais, econômicas, que se encontram.

Pesquisamos alguns documentos e leis que asseguram e garantem proteção especial a essas crianças e adolescentes em situação de risco social, que muitas vezes são excluídas da sociedade, privadas de alguns direitos fundamentais, como o direito a permanência e acesso dessas crianças e adolescentes na escola, de melhores condições de moradia, saúde educação, lazer, cultura.

Pessoas que estão inseridas em ambientes desfavoráveis socialmente, onde existe violência, uso de drogas, pouca infraestrutura, vivem à margem da sociedade. As crianças e adolescente que vivem nesse tipo de ambiente, geralmente apresentam problemas de comportamento, de interação social, problemas acadêmicos e conseqüentemente, dificuldades no processo de aprendizagem. Essas crianças e adolescentes, que se encontram em uma situação de risco social acabam idealizando o conceito de sociedade como algo ruim, e não como um espaço de um processo de formação e de desenvolvimento do sujeito como cidadão, onde põe em prática todos seus direitos.

E assim diante dessas conseqüências relacionadas aos problemas de comportamento, problemas acadêmicos causados pela situação de vulnerabilidade que se encontram essas crianças e adolescentes podemos considerar, que a Psicopedagogia, sendo uma ciência que estuda os processos de aprendizagem e as dificuldades neles existentes, pode contribuir nesse processo, compreendendo e estudando e a situação de risco que se encontram essas crianças e adolescentes, objetivando a sua atuação na observação do contexto ao qual está inserido essas crianças e adolescentes, criando estratégias que contribuam no processo de aprendizagem, prevenindo as dificuldades que possam vir surgir, faz parte do trabalho psicopedagógico.

A atuação do profissional de psicopedagogia, frente a essa situação de risco social de crianças e adolescentes, é de fundamental importância para o aprendizado dessas crianças e adolescentes, pois o psicopedagogo atua não só com o sujeito, mas com tudo que se relaciona a ele. O psicopedagogo age como um mediador com o sujeito, a família, a escola, e em todo

ambiente que o cerca, levando em consideração, todos os aspectos sociais, culturais, físicos, afetivos, ou outros, que dificulte o processo de aprendizagem do mesmo.

Assim o profissional com todo seu conhecimento e experiência deve levar em consideração tudo aquilo que está ligado ao sujeito, e seus contextos sociais, no que diz respeito à construção de conhecimento do sujeito que aprende. O psicopedagogo de atuar dando atenção aos alunos nas suas famílias, as escolas, e a outros que de alguma forma interferem no desenvolvimento e formação do sujeito.

Geralmente crianças e adolescentes que se encontram em uma situação de risco social, passam por um processo de inadaptação ao sistema escolar, por falta de motivação para aprender; defasagem escolar significativa; conflito com os colegas, professores e demais profissionais que atuam no contexto escolar, abandono da escola.

Para potencializar o vínculo desses alunos com a escola, com a família, e no ambiente que vive se faz necessário que o profissional de psicopedagogia promova medidas preventivas e eficazes que mostrem aos alunos que se encontram nessa situação de risco social, fazendo com que os mesmos se sintam parte integrante do contexto escolar, se inserindo no espaço educativo e social.

O trabalho interdisciplinar também é muito importante nesse processo de avaliação e atuação do psicopedagogo, essa interação com profissionais de outras áreas contribui para uma atuação mais eficaz do psicopedagogo. É de fundamental importância também, que o profissional de Psicopedagogia entenda os fatores acerca desse processo, integrando mais conhecimento e adquirindo experiências que irão favorecer ainda mais na sua atuação.

Tendo como um dos pontos principais estudar as características da aprendizagem humana, e tomando consciência de como essa aprendizagem varia de sujeito pra sujeito, que está condicionada a vários fatores, cabe ao psicopedagogo reconhecer, prevenir e tratar as dificuldades que surgem no processo de aprendizagem.

Com isso podemos considerar que o profissional de Psicopedagogia deve atuar com crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco social, possibilitando as mesmas um melhor desenvolvimento cognitivo, pessoal, social, emocional, e assim contribuindo sempre na formação do sujeito, garantindo-o o aprender como um todo, se certificando que o sujeito aprenda mesmo apresentando dificuldades no processo de aprendizagem, mediante técnicas e estratégias que garantam uma aprendizagem qualificada.

A construção desse estudo foi relevante e de grande importância. É sabido que esse novo conhecimento irá favorecer na construção de ideias e concepções e aos profissionais de

psicopedagogia e sua atuação diante de crianças e adolescentes em situação de risco social e assim possam encontrar varias formas de se abordar esse tema.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, P.B et al. Instituições de atendimento socioeducativo à adolescentes em situação de risco do Distrito Federal: panorama e perspectivas. *Psico*, Porto Alegre, v. 38, n.2. pp. 166-173, maio/ago. 2007.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977
- BEHRENS, M.A. *Formação continuada e a pratica pedagógica*. Curitiba: Champagnat, 1996.
- BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Lex: Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 08 de nov. de 2010.
- BOSSA, N. A. *A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. 7 ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 2007.
- BEAUCLAIR, J. *Psicopedagogia: Trabalhando competências, criando habilidades*, 3 ed. Rio de Janeiro: Wak Eds., 2008.
- CALBERG, S. *Psicopedagogia institucional: uma práxis em construção*. *Rev. Psicopedagogia*. São Paulo, Associação Brasileira de Psicopedagogia, vol.XIX, n.51, p.16-19, 2000.
- CASTRO, M.L.G de. *O olhar psicopedagógico na instituição educacional: o psicopedagogo como agente de inclusão social*. *Rev.Psicopedagogia*. São Paulo, vol. XXI, n.65, 108-116, 2004.
- CELIA, S. *Promoção da saúde e resiliência*. In: FICHTNER, N. (org.) *Prevenção, diagnóstico e tratamento dos transtornos mentais da infância e da adolescência: um enfoque desenvolvimental*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.
- Coll,C. *Conocimiento psicológico y práctica educativa*. Barcanova, Barcelona, 1989.
- COLL, C.r; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. (orgs.). *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.v.I.
- COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. L. *Programas compensatórios: seduções capitalistas?* Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2005.
- Dias, M.O. *Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica o processo de comunicação no sistema familiar*. 2011. Disponível em <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9176/1/gestaodesenvolvimento19_139.pdf> Acessado em< 20 de julho de 2014>.
- DELOURS, J. *Educação, um tesouro a descobrir*. Brasilia: UNESCO; São Paulo: Cortez, 2010.

- Dessen, M. A., & Braz, M. P. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 54.ed. rev e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FUENTES, L. B., Serrano, R. H., Colmenarez, A. P. et al. El abuso sexual en niños e juvenes. Caracas: Ediluc, 1988.
- GHAUTHIER, C. Por uma Teoria da Pedagogia. Porto Alegre: ARTMED. 2001.
- Hutz, C. S., Koller, S. H., & Bandeira, D. R. (1996). Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. *Coletâneas da ANPEPP*, 1(12), 79-86.
- GONÇALVES, J.E. Apresentando a psicopedagogia, 2002. Disponível em<www.fundacaoaprender.org.br> Acessado em: 22 de julho de 2014.
- KOLLER, S.. Violência doméstica: uma visão ecológica. Em AMENCAR (Org.) Violência doméstica, 1999.
- MOSER, C. (2008). “The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies”. *World Development*, New York, v.26, n.1. pp.43-65.
- PERES, M.R. Psicopedagogia: aspectos históricos e desafios atuais. Campinas, 1998. Disponível em:<<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/435>> Acesso em 25 jul 2014..
- RIBEIRO DO VALLE, L.H. Cérebro e aprendizagem: um jeito divertido de viver. Riberão Preto, SP: Tecmedd Editora, 2004.
- RODRIGUES, J.M.C et al. Construindo Trilhas Refazendo Caminhos: alguns pontos de reflexão sobre educação e diversidade. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2012.
- RUBINSTEIN, E.C, MARISA, I. NOFFS, NEIDE, A. Rumos da psicopedagogia brasileira. *Rev. Psicopedagogia*. São Paulo, Associação Brasileira, Vol. XXI, n.66, p.225-237, 2004.
- Rutter, M. Psychosocial resilience and protective mechanisms. In: Rolf, J.,Masten, A. S., Cicchetti, D. et al. Risk and protective factors in the developmentof psychopathology -) Cambridge, 1990.
- SCOZ, B. Psicopedagogia e Realidade Escolar: o problema escolar e de aprendizagem. 13 ed Petrópolis. RJ: Vozes. 2011.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre A atuação Psicopedagógica frente a situação de risco social de crianças e adolescentes na escola e está sendo desenvolvida pelas pesquisadora Wedja Matias da Silva ,aluna do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a)Dra^a Janine Marta Coelho Rodrigues.

Os objetivos do estudo são: Estudar a importância da atuação psicopedagógica nas escolas com crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco social.

A finalidade deste trabalho é contribuir para uma melhor prática dos profissionais de psicopedagogia frente a situação de risco social.

Solicitamos a sua colaboração para responder esse questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

OBSERVAÇÃO:



Espaço para impressão
dactiloscópica

Assinatura da Testemunha

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Janine Marta Coelho Rodrigues

Endereço (Setor de Trabalho): Departamento de Habilitação Pedagógicas

Telefone: (83) 91765397

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do CCS/UFPB – Cidade Universitária / Campus I

Bloco Arnaldo Tavares, sala 812 – Fone: (83) 3216-7791

Atenciosamente,

Janine Marta Coelho Rodrigues

Wedja Matias da Silva

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
RESOLUÇÃO Nº 3, DE 16 DE MAIO 2012 (*)

Define diretrizes para o atendimento de educação
escolar para populações em situação de itinerância.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na alínea “c” do § 1º do art. 9º da Lei nº 4.024/61, com a redação dada pela Lei nº 9.131/95, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 14/2011, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 10 de maio de 2012, Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96); o Plano Nacional de Direitos Humanos de 2006; o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil, por meio do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004; o Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002) e a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º As crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância deverão ter garantido o direito à matrícula em escola pública, gratuita, com qualidade social e que garanta a liberdade de consciência e de crença.

Parágrafo único. São considerados crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância aquelas pertencentes a grupos sociais que vivem em tal condição por motivos culturais, políticos, econômicos, de saúde, tais como ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, circenses, artistas e/ou trabalhadores de parques de diversão, de teatro mambembe, dentre outros.

Art. 2º Visando à garantia dos direitos socioeducacionais de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância os sistemas de ensino deverão adequar-se às particularidades desses estudantes.

Art. 3º Os sistemas de ensino, por meio de seus estabelecimentos públicos ou privados de Educação Básica deverão assegurar a matrícula de estudante em situação de itinerância sem a imposição de qualquer forma de embaraço, preconceito e/ou qualquer forma de discriminação, pois se trata de direito fundamental, mediante autodeclaração ou declaração do responsável.

§ 1º No caso de matrícula de jovens e adultos, poderá ser usada a autodeclaração.

§ 2º A instituição de educação que receber matrícula de estudante em situação de itinerância deverá comunicar o fato à Secretaria de Educação ou a seu órgão regional imediato.

Art. 4º Caso o estudante itinerante não disponha, no ato da matrícula, de certificado, memorial e/ou relatório da instituição de educação anterior, este deverá ser inserido no

(*) Resolução CNE/CEB 3/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de maio de 2012, Seção 1, p. 14. grupamento correspondente aos seus pares de idade, mediante diagnóstico de suas necessidades de aprendizagem, realizado pela instituição de ensino que o recebe.

§ 1º A instituição de educação deverá desenvolver estratégias pedagógicas adequadas às suas necessidades de aprendizagem.

§ 2º A instituição de ensino deverá realizar avaliação diagnóstica do desenvolvimento e da aprendizagem desse estudante, mediante acompanhamento e supervisão adequados às suas necessidades de aprendizagem.

§ 3º A instituição de educação deverá oferecer atividades complementares para assegurar as condições necessárias e suficientes para a aprendizagem dessas crianças, adolescentes e jovens.

Art. 5º Os cursos destinados à formação inicial e continuada de professores deverão proporcionar aos docentes o conhecimento de estratégias pedagógicas, materiais didáticos e de apoio pedagógico, bem como procedimentos de avaliação que considerem a realidade cultural, social e profissional do estudante itinerante como parte do cumprimento do direito à educação.

Art. 6º O poder público, no processo de expedição do alvará de funcionamento de empreendimentos de diversão itinerante, deverá exigir documentação comprobatória de matrícula das crianças, adolescentes e jovens cujos pais ou responsáveis trabalhem em tais empreendimentos.

Art. 7º Os Conselhos Tutelares existentes na região, deverão acompanhar a vida do estudante itinerante no que se refere ao respeito, proteção e promoção dos seus direitos sociais, sobretudo ao direito humano à educação.

Art. 8º Os Conselhos da Criança e do Adolescente deverão acompanhar o percurso escolar do estudante itinerante, buscando garantir-lhe políticas de atendimento.

Art. 9º O Ministério da Educação deverá criar programas, ações e orientações especiais destinados à escolarização de pessoas, sobretudo crianças, adolescentes e jovens que vivem em situação de itinerância.

§ 1º Os programas e ações socioeducativas destinados a estudantes itinerantes deverão ser elaborados e implementados com a participação dos atores sociais diretamente interessados

(responsáveis pelos estudantes, os próprios estudantes, dentre outros), visando o respeito às particularidades socioculturais, políticas e econômicas dos referidos atores sociais.

§ 2º O atendimento socioeducacional ofertado pelas escolas e programas educacionais deverá garantir o respeito às particularidades culturais, regionais, religiosas, étnicas e raciais dos estudantes em situação de itinerância, bem como o tratamento pedagógico, ético e não discriminatório, na forma da lei.

Art. 10 Os sistemas de ensino deverão orientar as escolas quanto à sua obrigação de garantir não só a matrícula, mas, também, a permanência e, quando for o caso, a conclusão dos estudos aos estudantes em situação de itinerância, bem como a elaboração e disponibilização do respectivo memorial.

Art. 11 Os sistemas de ensino, por meio de seus diferentes órgãos, deverão definir normas complementares para o ingresso, permanência e conclusão de estudos de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância, com base na presente resolução.

Art. 12 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO APARECIDO CORDÃ

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PSICOPEDAGOGIA
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

1) Dados de Identificação

Sexo _____ Idade _____

Curso de Graduação _____

Tempo de Formação _____

Especialização _____

2) Como você descreve o contexto onde os alunos estão inseridos;

3) Como identificou as dificuldades socioculturais e emocionais dos alunos;

4) Tem contato com as famílias ou responsáveis pelos alunos;

5) Como eles se comportam na sala de aula, no pátio, com os professores e com você;

6) Que atividades psicopedagógicas são desenvolvidas com esses alunos; Utiliza alguma abordagem diferenciada para atendê-los;
